



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



A descrição feita pelo Doutor Roberto Martins, hoje, aqui, desta rede social mostra que, nesses anos todos, nós começamos a criar um Estado para deixar de ser do mal-estar social. Um Estado que, efetivamente, não tem a presunção de que, burocraticamente, de Brasília, se tomam decisões. Um Estado que entende que a descentralização é essencial, que sabe que a cidade é um fenômeno novo. Um Estado que sabe da desigualdade regional e sabe que a interiorização é fundamental no Brasil. Um Estado que, portanto, se articula por todas as partes do Brasil. E que, ao se articular, não se fecha à sociedade.

Essa dívida social não poderá ser paga nem com benesses, nem com assistencialismo nem, simplesmente, com penadas autoritárias dos “pais da pátria”, dos “pais dos pobres”, dos “pais dos trabalhadores”. Porque isso é impostura. Essa dívida começou a ser paga porque a sociedade começou a ter mais consciência e a exigir, porque o Estado se tornou mais poroso e permitiu que houvesse uma interação com a própria sociedade.

Hoje, quem for ao Ministério da Educação vai ver que, na hora de se fazer um programa de distribuição de recursos para as escolas, a escola possui a Associação de Pais e Mestres, que decide sobre o recurso que vai ser dado. A merenda escolar, que era centralizada, hoje não o é mais. Mas o prefeito tem que ter um controle social sobre isso também.

Não é fácil. Essa descentralização cria muitos problemas novos de corrupção, de ineficiência, de má gestão, de falta de controle. Mas isso não é razão suficiente para nós voltarmos atrás. Isso é razão para termos persistência, até que a sociedade tenha melhores condições para usufruir desses mecanismos novos de interação.

Fizemos isso em todas as áreas sociais. Na Previdência Social, na educação, na saúde, na reforma agrária. Estamos municipalizando, contra a opinião dos ideólogos, que querem manter controle sobre os recursos públicos, usar o recurso público para clientelismo próprio e fingir que são mobilizadores do povo no campo, quando são aproveitadores de recursos públicos contra o povo no campo. Essas coisas têm que ser ditas com clareza. E aí estão as evidências de que assim é.

Bom é o movimento social. Boa é a demanda. Boa é a exigência. Boa é a reclamação. Boa é, até, a impertinência ante os poderosos, seja quem for, até o próprio Presidente. Mas não há correção do erro através da perpetuação ou da criação de novos erros, através de cadeias que são burocráticas e da formação de clientelismos novos que não respondem ao Estado, mas respondem a grupos de pressão, a grupos políticos ou a grupos ideológicos, porque isso é o passado. Não é o futuro. Mas essa rede social está sendo construída.

Começamos, Senador Teotônio Vilela Filho, a pagar a dívida social. Dívidas de quatro ou cinco séculos não se pagam em quatro anos, em oito anos, em doze anos, em dezesseis anos. Talvez se pague em duas, três gerações. Mas nós começamos. Ninguém havia organizado o Estado brasileiro para que ele começasse a deixar de ser um Estado do mal-estar social. Graças ao Real, graças à estabilização da economia, graças à sociedade brasileira, graças às pressões da sociedade, estamos mudando a estrutura do Estado.

Não vou parar de mudar a estrutura do Estado. Privatizei, sim. Só que eu disse ao país, nas campanhas eleitorais, que ia privatizar, e disse por quê. Não privatizei por amor ao privado, contra o público e o estatal. Pelo contrário, pessoalmente, prefiro o público ao estatal e ao privado. Mas os recursos, hoje, não estão disponíveis no Tesouro. O Tesouro tem dívidas. Quem tem recursos é a sociedade civil. E, por isso, porque não podíamos parar, nós privatizamos. E também para aumentar a racionalidade da gestão. Aí estão os resultados, que já foram ditos aqui.

Peguem a telefonia, onde houve privatização. Aqui, foram dados os números dos telefones fixos. Os celulares têm um crescimento ainda mais espetacular. Peguem os portos e vejam como se baratearam seus custos. Peguem as ferrovias, que eram consideradas sucata e, hoje, outra vez, elas começam a competir com os caminhões no transporte de mercadorias.

Avançamos. Não avançamos o suficiente na privatização do setor energético, porque o setor político se opôs, e o Governo não teve a força suficiente para dar os passos necessários. Não avançamos o su-

ficiente. Agora, os mais incertos ainda pensam que a crise de energia existente atualmente é porque houve privatização. Não houve praticamente nenhuma privatização no setor gerador. Não obstante, a crise está aí. E não por isso também. Por questões, basicamente, de chuva, de água. Mas não avançamos o suficiente.

Não vou parar de avançar. Enquanto eu for Presidente da República, o que disse ao povo que faria, na praça pública – e tive o voto –, vou fazer, contra a opinião de quem quer que seja. Vou fazer.

Vamos continuar no mesmo caminho, que é o caminho da reforma, que é o caminho de um novo Brasil, que não tem que se acovardar com o grito de um ou de outro, com pesquisa de opinião daqui ou dali. Cansei de ganhar de gente que estava na minha frente em pesquisa de opinião. Vou ganhar de novo, pelo Brasil – pelo Brasil –, com muita fé. Temos muito ainda o que fazer. E vamos fazer.

Nós, que começamos a refazer a rede de proteção social do Estado, também mudamos o Estado em muitos outros aspectos. Criamos os órgãos reguladores: a Aneel, a Anatel, a Agência Nacional de Petróleo, a Agência Nacional de Águas, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária. É uma revolução na estrutura do Estado. O que se pedia que se fizesse com o Estado brasileiro, nós avançamos e fizemos. Custou? Custou. Custou caro? Custou. É difícil? É difícil. Mas nós avançamos. Vamos continuar avançando. Na própria Previdência Social. No setor privado, nós avançamos bastante.

O Governo não teve forças, no Congresso Nacional, para colocar com mais energia a questão do setor público, e os interesses corporativos prevaleceram na decisão a respeito do setor público. Não sei se ainda terei tempo para isso, mas é uma dívida social, é um peso de 30 bilhões de dólares que tem que ser de alguma maneira equacionado.

Tivemos coragem para assumir dívidas que não eram nossas. Ainda agora, na remodelação da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil, a dívida pública vai aumentar. Já existia, estava escondida, não é minha, é do passado, mas eu não tenho medo de fantasma nem de esqueleto. Põe-se para frente o esqueleto, mostra-se, espanta-se o

fantasma para todo o sempre. Só das dívidas dos estados, nós assumimos – o Governo Federal – 150 bilhões de reais.

E quantas vezes os próprios governadores, em vez de reconhecerem que isso foi um benefício, vêm pedir para não pagar aquele pouquinho que têm que pagar diante do muito que teriam que pagar se o Governo não tivesse assumido a dívida. Assumimos o ônus de dizerem: “Ah, o Governo aumentou a dívida pública.” Aumentou não, colocou de manifesto ao país. É assim que nós somos. A nossa cara ainda é feia, mas acreditamos no País, vamos melhorar. Isso provoca o aumento da taxa de juros, que aumenta a dívida de novo, é verdade. Não negamos. Mas não temos medo de dizer as coisas como elas são, porque temos convicção, porque temos crença e não estamos governando o Brasil para fins pessoais. Não estamos governando o Brasil erraticamente. Não estamos governando o Brasil como salvadores da Pátria.

Nós não estamos governando o Brasil como gente que só vê o passado e que é incapaz, sequer, de perceber o presente quanto mais de desenhar o futuro. Nós estamos governando o Brasil sabendo que o nosso povo tem um desenho de si mesmo e do futuro e, portanto, não escondemos as coisas que não são ainda feitas, ou que precisam ser feitas, ou as coisas que são difíceis, ou as que fizemos malfeitas. Nós dizemos, com tranquilidade: estamos fazendo uma modernização institucional do Brasil. Equilibrados a economia, retomamos o crescimento, com vaivéns, porque o mundo é assim.

Nós, hoje, podemos dizer com tranquilidade que houve uma mudança qualitativa do nosso setor produtivo. Comecemos pela agricultura. Quando assumi o Governo, a agricultura era só dívidas. As taxas de juros eram flutuantes e escorchantes. Era a luta incessante do agricultor com o Banco do Brasil. Produzíamos, no começo da década, 56 milhões de toneladas de grãos. Este ano, vamos nos aproximar de 97 milhões de toneladas. E tomara que o ano que vem cheguemos a 100 milhões de toneladas de grãos. Impensável isto há cinco anos. Só que hoje o juro é fixo, 8,75% para o agricultor grande; 4,74%, ou menos, para o pequeno agricultor. É uma mudança. É por isso que há essa transformação.

Hoje, há um programa chamado Moderfrota no BNDES que permite que as fábricas de tratores e implementos agrícolas tenham a expansão de 30% ao ano, porque há quem compre e tem como ser financiado. E a nossa agricultura, hoje, agrega valor. Graças à Embrapa, graças aos empresários, graças à capacidade que o Brasil tem, é uma agricultura que, hoje, é altamente competitiva. O mesmo se diga da pecuária brasileira, que está sofrendo uma transformação qualitativa das mais importantes. Continuamos sendo e nos expandimos, como um celeiro de agricultura e de pecuária. Somos o primeiro, o segundo ou terceiro país no mundo. E enfrentamos a concorrência dos mais poderosos e os mercados fechados pelos mais poderosos. Ainda assim, estamos avançando e vamos avançar mais.

Não foi só na agricultura. No setor de serviços a revolução é total. Está aí o esforço feito para disseminação dos computadores, com o Fust-Fundo de Universalização dos Serviços de Telefonia, que espero que o Congresso aprove o mais depressa possível, sem pensar em mesquinharias de que partido é, mas pensando no Brasil. É uma coisa importante, para que as escolas tenham acesso ao computador, para que se possa ligar algumas à Internet, para que nos postos de serviço dos Correios haja computador.

O fato é que nós, hoje, temos uma sociedade onde o exemplo mais vibrante dessa modificação é o Imposto de Renda. As empresas o declararam totalmente através da Internet, e mais de 90% dos cidadãos também pela Internet. Pode haver exemplo maior de absorção no setor de serviços de uma mentalidade nova? Da vontade de mudar, da vontade de se transformar? E dá para nós, então, não termos confiança e fé nesse Brasil?

No setor produtivo direto – mencionei os aviões –, a Petrobras continua à frente na tecnologia de águas profundas. E o nosso setor de química avança também. Retomamos a construção naval, que tinha sido arrebatada pela corrupção. Em vários setores estamos avançando consideravelmente na qualidade do produto, porque, hoje, é vital competir. E nós competimos.

Hoje, mais de 50% da pauta de exportação brasileira é feita por produtos manufaturados. Cinquenta por cento. *Commodities?* Vinte e poucos por cento. É uma mudança de qualidade. E quando nós vendemos produtos manufaturados, vendemos para quem? Para a América Latina? Sim. Para os Estados Unidos também, e bastante. Porque a qualidade é competitiva.

E quanta gente ignorante ou, então, de má-fé, ou, então, movida pelo ódio, diz que nós estamos sucateando a indústria. É possível? É possível que se repitam essas bobagens, e que não se vá ver o que acontece? Além das turbinas que estamos produzindo para a China, estamos, agora, com proposta de fazer aviões com a França. Por quê? Porque sucateamos a indústria? Meu Deus! Como dizia Castro Alves: "Tanto horror perante os céus."

Será que não é possível um pouco mais de discernimento e de coragem de ver as coisas? E nós, também, não precisamos ter mais coragem para dizer, com mais energia, o que é o Brasil? Ficamos, às vezes, intimidados com a primeira bobagem que alguém, que se supõe de oposição – às vezes nem o é, é apenas por ignorância –, brada.

Não. Eu quero o Governo funcionando com energia até o final do meu mandato e quero passar o meu governo a um sucessor que tenha a mesma visão do mundo que eu tenho, que vá adiante com as transformações do Brasil e que não nos leve ao risco da hiperinflação outra vez, ou de um atraso contido ou de um atraso benévolos. Não. Temos que ter coragem de ver que o Brasil já pode enfrentar, com mais decisão, os seus desafios. E temos muitos.

Não quero cansá-los, mas ainda quero dizer algumas coisinhas hoje. Mencionei, aqui, a inserção global. Mencionei a modernização institucional. O combate à pobreza, que é a motivação fundamental, que nós estamos fazendo, não estamos dizendo. Agradeço ao Congresso, também.

Em todos esses momentos, o Congresso funcionou. À todo instante eu leio: "A base do Presidente acabou." Há seis anos leio isso. Vez por outra, acabou a base. Rara a votação que o Governo não ganha. Ô base que acaba boa essa, hein? Pode ser, a base, certamente, tam-

bém é nervosa, quer saber o futuro de cada um. É normal. Mas, quando se colocam de frente as questões, como questões públicas e nacionais, essa base, ou qualquer outra – e, às vezes, a oposição –, vem junto.

Vou dizer também que eu não vou mais tolerar essa coisa de base que está para cá e está para lá. Ou é base ou não é base. O Brasil está precisando de decisões claras. Vamos tê-las.

Mas o que eu queria dizer é outra coisa. Queria dizer o seguinte: é que, entre as mudanças do Brasil, as mais importantes, talvez, não tenham sido nem essas. A mais importante é a mudança de mentalidade, de cultura. Nós, aqui, temos um tremendo desafio – como país – institucional, de cultura cívica, de cultura política. Com esse quadro que delineei, um pouco atropeladamente, nós estamos passando, simultaneamente, por muitas transformações nesse plano.

Peguemos o plano político-institucional. Saímos de uma situação político-institucional, não de agora, tradicional; baseada no localismo; no caudilhismo; no fisiologismo; no assistencialismo; nos caci ques regionais; na dispersão de tudo e numa colcha de retalhos que, no passado, num dado momento, o Presidente organizava porque benzia todas as forças regionais oligárquicas. Ainda que o Presidente tivesse a capacidade de benzê-las – e não tem, nem quer –, não é mais possível. O Brasil não é mais compatível com o mandonismo local na expressão nacional. Pode existir lá, no local. Mas ele não tem mais força para dirigir os destinos do Brasil.

É uma mudança importante. Basta ver o fortalecimento da democracia representativa. Os partidos estão aí, as eleições, a liberdade, as instituições e, ao mesmo tempo, a formação da sociedade de massas globalizada: informação em tempo real, informações absolutamente amplas do mundo todo, demandas que crescem porque as pessoas vêm, compararam, querem mais. Já não querem apenas a cidadania no sentido antigo, mas querem, talvez, participar da cidadania planetária. Sabem que há leis de meio ambiente que são muito exigentes nos países do Primeiro Mundo. Querem que aqui seja igual. Isso, às vezes, até provoca certos problemas, porque a nossa infra-estrutura não é de Primeiro Mundo.

Mas querem – e é bom que queiram – uma norma que seja mais humana e, portanto, universal nessas várias matérias. A mídia é fundamental nesse processo, porque a mídia é o que faz a circulação de tudo isso. E a mídia exige e circula. Circula o que apareça: bem, mal. É da natureza das coisas. Não adianta reclamar da mídia. É da natureza das coisas.

Mas nisso tudo está-se formando uma nova cultura política. Por que se fala tanto de corrupção? Porque há uma nova cultura política. Não houve aumento de corrupção. Houve outra coisa muito mais importante: a transparência. Houve a vontade do Presidente da República e do Governo de deixar que as coisas sejam apuradas. Nunca transferi delegado algum para evitar que haja um processo – nunca. Nunca fiz pressão sobre quem quer que seja para esconder um documento. Nunca pedi que não se mostrasse o que está errado.

Só pedi uma coisa, e isso pedi não por ser desejo pessoal: que respeitemos as instituições. Por quê? Porque, nesse processo de reformulação do Brasil, dessas pressões que mencionei, desencontradas, temos que criar uma cultura política que entenda que o exercício da cidadania, a força reivindicante das massas, a organização social, o movimento social são fundamentais no mundo novo, tanto quanto o fortalecimento das instituições.

Quando os movimentos ou mesmo as ações individuais ou as denúncias ou o brado de alerta ou a indignação – que são necessários – põem em risco a instituição, ou a instituição está podre e tem que ser consertada, ou o grito é exagerado e tem que ser moderado, aí está o dilema. É o desafio real da construção da nova democracia do Brasil.

Como é que se faz o equilíbrio entre a mudança que se deseja, a rapidez que se precisa imprimir a ela, os recursos que são escassos, as instituições que ainda não são fortes e a vontade imensa de que tudo aconteça num clima – e disso me orgulho – de total liberdade? Ninguém foi para a cadeia nos sete anos de meu governo por ordem minha ou por ordem do Governo. Ninguém, a não ser por ordem da Justiça. A liberdade, aqui, é total. Mas porque ela é total, implica, também, que nós tenhamos uma consciência cívica da responsabilidade no exercício das nossas funções e no exercício também do con-

trole do que ocorre no país, não no sentido repressivo, mas no sentido da motivação, da pedagogia, da dialética que tem que ser estabelecida para que nós possamos avançar. Este é o grande desafio que nós temos. E nós vamos avançar nele também.

O Congresso Nacional vai ser chamado a discutir a reforma política. É necessário discutir a reforma política. Um país que está mudando, na velocidade em que o Brasil está, um país com todos os desafios foi capaz de enfrentar crises. Um país que tem higidez, que tem coesão social – e a crise energética mostrou essa coesão social –, tem, portanto, valores, é um país que precisa que as suas instituições se renovem.

E dentre as instituições, a instituição política é a mais importante nesse momento para definir o futuro. A rede de segurança social está em marcha, foi implantada por nós. A infra-estrutura está em marcha, está aí nos quadros, demora um pouco mais ou um pouco menos, é questão de recurso, questão de gestão. A estabilidade está posta e nós vamos agarrar-nos a ela. Nós temos, também, que levar adiante as transformações políticas das instituições políticas pelos mecanismos que o Congresso está discutindo, porque o nosso sistema não está funcionando.

Essa velocidade é a que se requer na sociedade. Esse sentido de responsabilidade que se requer, requer também partidos mais coesos. Requer também mecanismos mais transparentes de fidelidade partidária. É preciso que a população saiba porque está votando em alguém. E não votar em um e eleger outro. É preciso que haja, realmente, modificações importantes nessa área.

E, correlato com isso, nós temos que insistir nas reformas do Judiciário. Democracia não se faz sem partidos, nem sem Judiciário apto. Não se faz, também, sem cultura política adequada. Alguém disse numa biografia de Emiliano Zapata, aquele livro de que eu tanto gostei sobre o México, que a democracia por si mesmo não torna a vida mais decente – decente no sentido financeiro, melhor –, mas todas as vezes que se consegue melhorar a decência, a democracia se cristaliza, se fortalece.

Essas redes todas, esses esforços todos são para melhorar o nível de vida. E, ao melhorar o nível de vida, a democracia tende a se

fortalecer. Ela, sozinha, não leva à melhoria do nível de vida. Precisa achar outras ações. Mas ela é indispensável para isso. E nós precisamos adequar mais nossas instituições a esse momento do Brasil.

Falei reforma do Judiciário por quê? Porque a delonga nos julgamentos dá a sensação de impunidade. E a sensação de impunidade se transfere, automaticamente, para o Executivo, e, quando possível, para o Presidente da República.

Vejam o massacre de Eldorado dos Carajás. Fui até condenado por esses tribunais *fake*, para não dizer “fajutos”, como responsável pelo massacre de Eldorado dos Carajás. Massacre que foi praticado lá longe, por forças locais, que teve a repulsa imediata do Governo Federal. Só que os responsáveis não são julgados. Pedi ao Congresso que passasse para o âmbito federal os crimes contra os direitos humanos. Até hoje, o Congresso não me deu essa legislação. Ao não dar essa legislação, o mundo inteiro pensa que é o Governo Federal que é responsável. Na verdade, é a Justiça que está, digamos, delongando decisões

Não podemos continuar com o sistema de processo judicial. Não me refiro a uma reforma corporativa – quanto vai ganhar um juiz, quantos juízes vão ser para cá e para lá. Isso é menor. Às vezes, é o que mais entusiasma, mas não a mim. A mim entusiasma a reforma do processo. É preciso haver uma reforma dos processos. Quando o governo pede, muitas vezes, que o Congresso dê instrumentos para que mais depressa as Cortes Superiores julguem, não é porque quer diminuir a importância do juiz singular. Não é porque quer concentrar poder, porque mais facilmente “manipularia o poder concentrado”, até porque o nosso Supremo Tribunal, o nosso Superior Tribunal de Justiça, por sorte para todos nós, muitas vezes, tem mais um olhar de desconfiança, quando não de oposição, ao Governo do que de complacência. Não é por isso. É porque precisamos dar ao cidadão a resposta mais rápida.

E não podemos deixar também que, através de instrumentos laterais, como as liminares, a sonegação continue, como acontece nos combustíveis, ou que precatórios contra o Erário sejam pagos por *habeas corpus* e liminares. Isso não pode continuar.

Isso não é Estado de Direito. Isso é Estado de aproveitamento. É Estado que leva, realmente, a fortalecer esses mecanismos que desiludem a população. Não devemos confundir o Estado de Direito com o Estado de desleixo. Isso é Estado de desleixo. Não é Estado de Direito.

Sou democrata convicto. Desafio quem possa ter visto qualquer ato meu que não seja coerente com os meus princípios, durante toda a minha vida. Cansei de ouvir que há arbítrio do Poder Executivo. Não há arbítrio. O que há é vontade de dar satisfações à cidadania, é pedir que se criem mecanismos mais expeditos para que a Justiça possa ser um sentimento do homem comum e para que, portanto, a cidadania encontre um ponto de apoio fora do Estado, fora do Executivo, fora das polícias, que, naturalmente, dão a sensação, sempre, de coibir. Precisamos avançar nisso e vamos avançar.

Precisamos avançar em muitas outras coisas mais. Precisamos avançar na reforma tributária. Por mais que digam que o Governo não quer, quero a reforma tributária. Há coisas curiosas – não é o momento de repeti-las agora –, mas quando se quer, às vezes, avançar, os próprios que, antigamente, se queixavam dizem: “Por favor, não faça nada, não, porque está bom como está.” O caso das exportações é recente.

Então, é preciso examinar o que é justo e o que não é justo. A carga tributária é pesada, mas, num país como o nosso, a questão verdadeira não é essa. É saber o que se faz com essa carga tributária. Ela está mesmo indo para a rede social? Ela está mesmo modernizando a infraestrutura? Se estiver, é o jeito de o Brasil avançar. Se não estiver, está errado e é preciso condenar. Claro, não estou defendendo o aumento de carga tributária, não, porque até eu reclamo. Mas é preciso examinar tudo nas devidas proporções.

Finalizo, porque há que finalizar – senão falaria mais. Mas finalizo dizendo o seguinte: continuo apostando no futuro, continuo com coragem, com serenidade, com bom humor – por mais que queiram que eu perca, não vou perdê-los. Tenho a consciência tranquila, tenho bom humor.

Agora, essa aposta, diante de tudo que descrevi aqui, está baseada em tudo isso – estabilidade, crescimento da economia, gestão melhor, rede de proteção social –, mas depende, basicamente, de incorporarmos os conceitos do mundo contemporâneo. O mundo contemporâneo é conhecimento, é saber. Saber se incorpora dando educação, dando ciência, dando tecnologia. Não há outro caminho. Este é o caminho do futuro. Isso não quer dizer que não tenhamos que apertar os mais ricos, mudar essa distribuição de renda. Não pode ser um pretexto para não fazer, não tomar outras medidas. Pessoalmente, sou favorável ao imposto sobre a herança. Algum mecanismo mais duro tem que ser posto em marcha, no Brasil, para mudar esse tipo de concentração de renda.

Mas sei também que nada disso bastará se não tivermos uma população mais apta a exercer a cidadania plena, como eu disse aqui, não só a tradicional, mas a planetária, no nosso país. Para isso, precisamos de mais educação. E se de algo posso me orgulhar, é de que nós realmente estamos fazendo uma revolução na educação no Brasil. Contra muita gente, contra muitos colegas meus. Muita gente. Porque é fácil falar e difícil fazer. Quando os recursos são escassos, temos que escolher. Escolhi a educação de base, o ensino primário. Não é o único. Mexemos na formação profissional, mexemos nas universidades. Agora, demos um impulso enorme, que o futuro vai mostrar, na área de ciência e tecnologia e na área de ensino superior. Agora, dispomos de mais meios para isso. Taxamos os setores privatizados para que eles pudessem contribuir nesse passo.

Esse é o caminho do futuro: mais cidadania, mais transparência, mais capacidade de viver o mundo, menos medo de avançar, menos visão de retrovisor e mais ação construtiva, convergente e confiante.

Portanto, Senhores Ministros, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores, esses sete anos foram poucos para o que se precisa no Brasil, mas trabalhamos. Posso lhes garantir que vou trabalhar esse ano e meio sem cessar. E espero que os meus sucessores tenham, pelo menos, o mesmo amor ao Brasil e o mesmo entusiasmo pelo Brasil que eu tenho.

Muito obrigado.